

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PARA OFERTA
PÚBLICA DE DEBÊNTURES NOMINATIVAS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES
PREFERENCIAIS DA HERING TÊXTIL S.A.**

Pelo presente instrumento particular e melhor forma de direito, as partes adiante qualificadas, representadas na forma de seus respectivos atos constitutivos, - **HERING TÊXTIL S.A.**, com sede à Rua Hermann Hering, nº 1.790 - Blumenau, Bairro Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, inscrita no C.G.C.M.F. sob nº 78.876.950/0001-71, doravante denominada **EMISSORA**, - e, na qualidade de Agente Fiduciário, **OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Rio Branco, nº 151, inscrita no C.G.C.M.F. sob o nº 36.113.876/0001-91, doravante denominada **AGENTE FIDUCIÁRIO**, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, vêm emitir debêntures nominativas conversíveis em ações preferenciais, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I. DAS DEFINIÇÕES

1.01. Sempre que utilizados nesta Escritura, os termos seguintes terão a definição abaixo, a menos que o contexto claramente exija outra definição:

- a) "**AÇÕES**" significam ações preferenciais emitidas pela **EMISSORA**, originárias da conversão, total ou parcial, das debêntures nominativas, representadas por cautelas ou pelo extrato de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária, conversão esta de acordo com a **Opção de Conversão**;
- b) "**Banco Mandatário**" significa o banco comercial ou múltiplo ao qual cabe transferir, fiduciariamente, para o nome da **Central de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP**, as debêntures a serem depositadas pelos participantes, transferir para o nome dos participantes as debêntures a serem retiradas do sistema, bem como operacionalizar o exercício dos direitos relativos às debêntures registradas no sistema, e, para os fins desta escritura, sempre que mencionado, refere-se ao **BANCO ITAÚ S.A.**, ou outro que a **EMISSORA** venha posteriormente indicar;
- c) "**Capital Social**" significa o número total de ações ordinárias e preferenciais emitidas pela **EMISSORA** na data imediatamente precedente à **Data de Exercício**;
- d) "**Central de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP**" representa a parte operacional do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional de Instituições de Mercado Aberto - ANDIMA, onde serão registradas as debêntures da 1ª e 2ª série desta emissão;

- e) "**Certificado de Registro**" significa o documento emitido pelo **Banco Central**, aprovando os termos e condições das debêntures da 3ª série, como estabelecidas nesta Escritura (incluindo, mas sem limitação, os termos da **Opção de Conversão**);
- f) "**Contrato de Garantia Firme e de Melhores Esforços**" significa o contrato, firmado entre a **EMISSORA** e instituições financeiras credenciadas a operar no mercado de capitais, que regulamenta os procedimentos a serem utilizados na colocação pública das debêntures emitidas pela **EMISSORA**;
- g) "**Data de Determinação dos Juros**" significa, em qualquer **Período de Capitalização**, o **Dia Útil** imediatamente anterior ao início de tal período de capitalização;
- h) "**Data de Exercício**" significa a data na qual debenturistas enviarem à **EMISSORA** a **Solicitação de Conversão**;
- i) "**Data de Fechamento**" significa a data na qual a **EMISSORA** emite em nome do debenturista, novas **AÇÕES**, resultantes da conversão total ou parcial das debêntures;
- j) "**Data de Pagamento de Juros**" significa o dia 1º de abril e 1º de outubro de cada ano, para as debêntures das 2ª e 3ª séries;
- k) "**Dia Útil**" significa um dia em que bancos estejam abertos para negócios nas Cidades de Nova Iorque e São Paulo, e para os fins da definição de **Data de Determinação dos Juros**, também abertos para negócios no Mercado Interbancário de Eurodólares, em Londres, Inglaterra na data de pagamento dos "**Rendimentos**";
- l) "**Dólares**" e a sigla "**US\$**", significam Dólares dos Estados Unidos da América;
- m) "**Reais**" e a sigla "**R\$**", significam Reais ou outra denominação que vier a ser adotada pela legislação brasileira, em caso de mudança no padrão monetário;
- n) "**Opção de Conversão**" significa o direito outorgado ao debenturista de solicitar à **EMISSORA** que proceda a conversão de suas debêntures em **AÇÕES**, na forma prevista no artigo 3.09.2.1.;
- o) "**Período de Capitalização**" significa, para as debêntures de todas as séries, o período em que se efetua o cálculo de seus **Rendimentos**. Entende-se o primeiro **Período de Capitalização** das debêntures de todas as séries, como sendo aquele que vai da data de subscrição até a data do primeiro pagamento de seus **Rendimentos**. Entende-se os demais **Períodos de Capitalização** das debêntures, como sendo aqueles que vão da data do último pagamento dos **Rendimentos** das debêntures de cada uma das séries até a data de pagamento de **Rendimentos** subsequentes;
- p) "**Período de Subscrição Pública**" significa o período estabelecido pelo **Contrato de Garantia Firme e de Melhores Esforços**, através do qual as debêntures serão objeto de oferta pública para subscrição;

- q) "**Preço de Exercício**" significa o preço por ação, sobre o qual far-se-á o cálculo da conversão de cada debênture, conforme previsto nos artigos 3.09.1., 3.10. e 3.11;
- r) "**Rendimentos**" significa os juros e prêmio devidos às debêntures da 1ª série e os juros devidos às debêntures da 2ª e 3ª séries, a cada **Período de Capitalização**;
- s) "**Reuters Screen LIBO Page**" significa a oferta de taxas interbancárias em Londres (comumente conhecida como "LIBOR") por bancos de grande porte para depósitos em eurodólares, designada como "Tela LIBO" no "Reuters Monitor Money Rates Service" (ou outra tela que possa substituir a "Tela LIBO" para o fim de oferecer tais taxas interbancárias para depósitos de eurodólares em Londres);
- t) "**Solicitação de Conversão**" significa o aviso, por escrito, enviado à **EMISSORA** pelos debenturistas, pelo qual estes exercem a **Opção de Conversão** de acordo com o artigo 3.09.2.2.;
- u) "**Subsidiárias**" significa quaisquer sociedades, constituídas no País ou no exterior, cujo capital social seja possuído, em mais de 50% (cinquenta por cento), direta ou indiretamente, pela **EMISSORA** ou seus acionistas controladores, ou que, por qualquer outro modo, sejam controladas pela **EMISSORA**;
- v) "**Taxa de Juros**" significa a taxa de juros pagável periodicamente às debêntures, como determinado de acordo com os artigos 4.03, para as debêntures da 1ª série, 5.03 para as debêntures da 2ª séries, e 6.02.1., para as debêntures da 3ª série;
- x) "**Valor Nominal**" significa, na data de emissão, o valor atribuído a cada debênture, sobre o qual incidirão os **Rendimentos** para as debêntures desta Escritura, a atualização monetária para a 1ª série a atualização cambial para as debêntures da 2ª série;

1.02. Da mesma forma, a menos que o contexto claramente de outro modo exija, os seguintes termos financeiros terão a seguinte definição quando usados nesta Escritura:

- a) "**Ativo Circulante**" significa o total (na data do respectivo cálculo) do caixa, títulos negociáveis, créditos comerciais e outros créditos realizáveis em 1 (um) ano, bem como estoques e despesas antecipadas que incidam sobre receitas dentro do prazo de 1 (um) ano;
- b) "**Caixa Operacional**" significa a soma de:
- (i) o **Lucro Líquido da EMISSORA**;
 - (ii) juros devidos e pagáveis sobre o **Exigível Líquido de Longo-Prazo**;
 - (iii) **depreciação**;
 - (iv) **amortização**; e
 - (v) quaisquer outros encargos não-desembolsáveis incidentes sobre a receita menos créditos não-embolsáveis considerados no cálculo do **Lucro Líquido** do respectivo período de cálculo.

- c) "**Capital de Giro**" significa o valor pelo qual o **Ativo Circulante** excede o **Passivo Circulante**; para os fins deste item, fica entendido que qualquer vencimento do **Exigível de Longo Prazo**, ocorrido no período de 360 (trezentos e sessenta) dias do respectivo cálculo, será considerado como parte do **Passivo Circulante**;
- d) "**Depreciação**" significa a deterioração, perda ou diminuição do valor das propriedades, fábricas e equipamentos da **EMISSORA** como calculado pelo método contábil da **EMISSORA**, durante o respectivo período de cálculo;
- e) "**Exigível**" significa o total (na data do respectivo cálculo) de todas as obrigações passivas da **EMISSORA**, para pagamento em dinheiro, incluindo, sem limitação: (i) quaisquer quantias pagáveis pela **EMISSORA** em virtude de aluguéres ou contratos similares, dentro de seus respectivos prazos; (ii) quaisquer créditos concedidos à **EMISSORA** de fornecedores de bens ou relativos a compra, a prestação ou outro contrato similar; e (iii) o valor total devido por responsabilidades e obrigações de terceiros, na proporção em que estas sejam garantidas pela **EMISSORA**;
- f) "**Exigível de Curto Prazo**" significa todo o **Exigível** que, na respectiva data de cálculo, não seja **Exigível de Longo Prazo**;
- g) "**Exigível de Longo Prazo**" significa o valor total (na respectiva data de cálculo) das partes integrantes do **Exigível** que se tornem devidas ou cujo pagamento final seja devido após mais de 1 (um) ano das respectivas datas dos respectivos contratos geradores de tais partes integrantes do **Exigível**, incluindo eventuais débitos resultantes de inadimplência incorrida em virtude de fornecimento de bens de capital ou de qualquer compra a prestação ou outro contrato similar;
- h) "**Exigível Líquido de Longo Prazo**" significa o **Exigível de Longo Prazo** menos depósitos relativos ao **Exigível de Longo Prazo** feitos no Banco Central para compensar desvalorizações cambiais, conforme seja autorizado pela regulamentação do Banco Central;
- i) "**Índice Exigível Líquido de Longo Prazo Por Patrimônio Líquido**" significa o resultado obtido pela divisão do **Exigível Líquido de Longo Prazo** pelo **Patrimônio Líquido**;
- j) "**Índice de Liquidez Corrente**" significa o resultado obtido pela divisão do **Ativo Circulante** pelo **Passivo Circulante**;
- k) "**Lucro Líquido**" significa o valor total da receita líquida da **EMISSORA** após a dedução de todas as despesas, custos e encargos relativos ao respectivo período de cálculo, deduzindo-se:
- (i) os valores atribuíveis ao **Lucro Líquido** de todas e quaisquer quantias de participação nos lucros do quadro funcional, empregados e administradores da **EMISSORA** (incluindo honorários de diretoria); e
- (ii) a reserva para pagamento de todos os tributos sobre o **Lucro Líquido**.

l) "**Patrimônio Líquido**" significa o total (na data do respectivo cálculo) de:

- (i) os valores pagos (ou creditados como pagos) do capital social da **EMISSORA**; e
- (ii) os valores constantes a crédito em reservas da **EMISSORA** (incluindo, sem limitação, reserva de ágio, reserva para cancelamento de ações, e qualquer sobra de crédito na conta de lucros e perdas); mas após deduzir de tal total: (A) quaisquer quantias separadas para dividendos ou tributação (inclusive tributação diferida) ou atribuível a fundo de comércio ou outros ativos intangíveis; e (B) qualquer sobra devedora na conta de lucros e perdas ou repercussão negativa no capital social da **EMISSORA** (exceto na medida em que a dedução relativa a tal sobra devedora ou repercussão negativa já tenha sido feita);

m) "**Passivo Circulante**" significa o total (na data do respectivo cálculo) de todas as despesas da **EMISSORA** pagáveis no prazo de 1 (um) ano, incluindo a porção do **Exigível de Longo Prazo** pagável no prazo de 1 (um) ano;

1.03. Todos os cálculos financeiros a serem feitos para os fins desta Escritura deverão sê-lo de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e aplicados de forma consistente, utilizando-se os procedimentos contábeis então aplicáveis. Excepcionalmente e quando necessário para adequar-se às definições aqui contidas, tais cálculos deverão ser efetuados com base no mais recente balanço trimestral que a **EMISSORA** está obrigada a levantar, nos termos do artigo 7.01.1, e a fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**; ressalvando-se, entretanto, que: (a) se a respectiva demonstração financeira trimestral da **EMISSORA** se referir ao último trimestre do exercício, então, a critério do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, referidos cálculos poderão ser feitos com base nas demonstrações financeiras auditadas da **EMISSORA**, relativas ao respectivo exercício e, (b) se ocorrer alguma mudança substancial adversa nas condições financeiras da **EMISSORA** após o fim do período coberto pela respectiva demonstração financeira, então tal alteração substancial adversa deverá ser levada em consideração no cálculo dos dados respectivos.

II. DA AUTORIZAÇÃO E DOS REQUISITOS

2.01. A celebração da presente Escritura foi autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da **EMISSORA**, realizada em 11 de novembro de 1.994 cuja ata será levada a arquivamento nesta data na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, e publicada conforme determinações legais pertinentes.

2.02. A presente emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada simplesmente **CVM**, na forma das Leis nºs 6.385/76 e 6.404/76, bem como demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.03. Esta Escritura será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau.

III. DO TÍTULO E SUA EMISSÃO - CONDIÇÕES GERAIS

3.01. O lançamento das debêntures será público e se fará por intermédio de instituições financeiras habilitadas a fazê-lo, as quais serão contratadas pela **EMISSORA**, sendo adotado o Procedimento Diferenciado de Distribuição referido no artigo 33, da Instrução CVM nº 13/80.

3.02. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures, em todas as suas séries, será 01 de outubro de 1.994.

3.03. Serão, no total, emitidas **12.122** (doze mil, cento e vinte e dois), debêntures, todas conversíveis em ações preferenciais nominativas escriturais da **EMISSORA**, divididas em três séries, observado o seguinte:

- a) a 1ª série, composta por **10.000** (dez mil) debêntures, cada uma com **Valor Nominal** de R\$ 3.000,00 (três mil Reais), destinada a subscrição pelos acionistas da **EMISSORA** durante o prazo de prioridade deliberado em A.G.E.;
- b) a 2ª série, composta por **2.122** (dois mil, cento e vinte e dois) debêntures, cada uma com **Valor Nominal** de R\$ 3.000,00 (três mil Reais), destinada exclusivamente à subscrição pelos acionistas da **EMISSORA** durante o prazo de prioridade deliberado em A.G.E.;
- c) a 3ª série será composta exclusivamente pelas debêntures da 2ª série não subscritas durante o prazo de prioridade referido, destinada exclusivamente a subscrição por investidores residentes e domiciliados no exterior, e terão cada uma o **Valor Nominal** de US\$ 3.533,57 (três mil, quinhentos e trinta e três dólares e cinquenta e sete centavos de dólar), perfazendo um volume total em moeda nacional de **R\$ 6.366.001,97** (seis milhões, trezentos e sessenta e seis mil e um Real e noventa e sete centavos), na data de emissão, considerando-se o **Valor Nominal** das debêntures da 3ª série, convertido pela Taxa Comercial de Câmbio para venda, disponível pelo sistema SISBACEN - transação PTAX 800, opção 5 - de R\$ 0,849 (oitocentos e quarenta e nove milésimos de centavo de real) vigente em 04 / 10 / 94.

3.03.1. As debêntures da 1ª série terão um prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, vencendo-se, portanto, em 01 de outubro de 1.999.

3.03.2. As debêntures da 2ª e 3ª séries terão um prazo de vencimento de 8 (oito) anos, observado o critério para rendimentos do artigo 3.03.2.1. abaixo.

3.03.2.1. A data do primeiro pagamento dos rendimentos da segunda e terceira séries, será ajustada de modo a coincidir com a próxima **Data de Pagamento de Juros**. A data de pagamento do principal das debêntures deverá coincidir com uma **Data de Pagamento de Juros**. Se a **Data de Pagamento de Juros** for afetada em virtude de sua definição, então a data de pagamento de principal deverá ser alterada de modo a coincidir com a **Data de Pagamento de Juros**.

3.03.3. As debêntures da 3ª série são destinadas à negociação exclusiva entre investidores residentes e domiciliados no exterior, devendo os debenturistas desta série comprometer-se a negociar essas debêntures exclusivamente com outros investidores residentes e domiciliados no exterior.

3.03.4. As debêntures da 1ª e 2ª séries serão nominativas não endossáveis.

3.03.4.1. As debêntures da 3ª série serão representadas por certificado a ser custodiado pelo Banco Central do Brasil.

3.03.5. As debêntures da 1ª e 2ª séries serão da espécie com garantia flutuante.

3.03.5.1. As debêntures da 3ª série terão garantia fidejussória prestada pelo Banco Bradesco S.A. nos termos das cláusulas 2.01 e 2.02 do Contrato de Garantia firmado entre o Banco Bradesco S.A. e a International Finance Corporation, em 27 de maio de 1.994. A presente garantia cessará em caso de conversão, vencimento ou amortização das debêntures referidas neste item.

3.03.6. O **Preço de Subscrição** das debêntures da 1ª série em moeda nacional, será o **Valor Nominal** unitário atualizado monetariamente, desde a data de emissão até a data da subscrição pela variação do IPC - *r* verificada no mês anterior ao da subscrição, calculada *pro-rata-temporis* por dias decorridos, caso a subscrição ocorra em dia que não o 1º (primeiro) dia útil do mês, acrescido dos **Juros e Prêmio**, nos termos do artigo 4.05 adiante. O **Preço de Subscrição** das debêntures da 2ª série em moeda nacional será o **Valor Nominal** unitário na data da emissão, apurada nos termos do artigo 1º da Resolução 1.833 do CMN. O **Preço de Subscrição** das debêntures da 3ª série em **Dólares**, será o seu **Valor Nominal** unitário, conforme referido no artigo 3.03 supra.

3.03.6.1. O preço de subscrição será pago à vista, no ato da subscrição.

3.04. As debêntures de todas as séries, para cálculo de **Rendimentos**, ficam submetidas a **Períodos de Capitalização**.

3.04.1. O pagamento dos **Rendimentos**, para todas as debêntures da 2ª e 3ª séries será efetuado semestralmente, e, referentemente às debêntures da 1ª série anualmente, na forma definida no item 4.03 adiante, na **Data de Pagamento de Juros**.

3.04.2. Os pagamentos referentes ao:

(i) principal e **Rendimentos** a que fizerem jus as debêntures da 1ª e 2ª séries serão efetuados pela **EMISSORA** através do Sistema da Central de Liquidação Financeira de Títulos **CETIP** e;

(ii) ao principal e **Rendimentos** a que fizeram jus as debêntures da 3ª série serão efetuados na forma definida pelo Banco Central do Brasil.

3.05. Os juros sobre as debêntures serão determinados e a **EMISSORA** deverá pagá-los, da seguinte forma:

3.05.1. O valor principal de cada debênture fará jus ao pagamento de juros durante o **Período de Capitalização** da seguinte forma :

- (i) para as debêntures da 1ª série, de acordo com os termos previstos no artigo 4.03 adiante;
- (ii) para as debêntures da 2ª série, nos termos previstos no artigo 5.03 adiante, e;
- (iii) para as debêntures da 3ª série, de acordo com a Taxa de Juros vigente;

3.05.2. Os juros incidirão diariamente, sendo aplicáveis proporcionalmente ao número de dias do **Período de Capitalização** em relação a um ano de 360 dias, devendo ser pagos na **Data de Pagamento de Juros** que coincide com o fim do **Período de Capitalização** em curso.

3.06. Se a data de pagamento de qualquer obrigação coincidir com dia que não seja **Dia Útil**, considerar-se-á essa prorrogada até o primeiro **Dia Útil** imediatamente posterior.

3.07. Sem prejuízo dos demais direitos e ações conferidos aos debenturistas nesta Escritura ou na legislação pertinente:

a) se a **EMISSORA** deixar de efetuar qualquer pagamento de juros ou de quaisquer outros valores (exceto principal) com relação às debêntures, antes ou na data devida, como especificado nesta Escritura (seja na data prevista de vencimento, seja em virtude de vencimento antecipado), ou, se não especificada, consoante notificação enviada à **EMISSORA** pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a **EMISSORA** deverá pagar, em relação ao valor de tal pagamento devido e não pago:

- (i) no que se refere as debêntures da 1ª série, juros à taxa de 1% a.m. (um por cento ao mês) acima da **Taxa de Juros** aplicável à série, sem prejuízo da atualização monetária e;
- (ii) no que se refere a 2ª e 3ª séries, juros à taxa de 1% a.a. (um por cento ao ano) acima da taxa básica vigente para a respectiva série, ambos aplicáveis ao período em atraso, desde a data em que o pagamento tornou-se devido até a data de sua efetiva realização (tanto após como antes de julgamento) e tais juros deverão ser pagos na primeira **Data de Pagamento de Juros** após o inadimplemento, a menos que solicitado ou pago anteriormente a tal data.

b) se a **EMISSORA** deixar de efetuar qualquer pagamento de principal de qualquer debênture ou qualquer outro pagamento com relação a qualquer debênture antes ou na data especificada nesta Escritura (seja na data de vencimento especificada, seja por vencimento antecipado), ou, se não especificado, conforme seja notificado à **EMISSORA** pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a **EMISSORA** deverá pagar, em relação ao valor principal de tal debênture;

- (i) no que se refere as debêntures da 1ª série, juros à taxa de 1% a.m. (um por cento ao mês) acima da **Taxa de Juros** aplicável à série, sem prejuízo do prêmio e da atualização monetária e;

- (ii) no que refere às debêntures da 2ª série, juros à taxa de 1% a.a. (um por cento ao ano) acima da taxa básica vigente para a respectiva série, ambos aplicáveis desde a data em que tal pagamento tornou-se devido, até a data de sua efetiva realização (tanto após como antes de julgamento), e o pagamento de tais juros deverá ser realizado na **Data de Pagamento de Juros** imediatamente posterior ao inadimplemento, a menos que solicitado ou pago anteriormente a tal data.

3.07.1. Se, como resultado de:

- (i) qualquer falta da **EMISSORA** em pagar, nas datas aprazadas, ou pelo vencimento antecipado como previsto na cláusula X, quaisquer somas devidas pelas debêntures ou por esta Escritura ou;
- (ii) qualquer resgate antecipado da totalidade ou parte das debêntures, sem o exercício pelos debenturistas da **Opção de Conversão**, como previsto no artigo 3.09.2.1., em outra data que não a **Data de Pagamento de Juros**, os debenturistas incorrerem em custos, despesas ou perdas, a **EMISSORA** pagará, após solicitado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, o valor que lhe for notificado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO** como sendo o total de tais custos, despesas e perdas. Para os fins da sentença precedente, "custos, despesas e perdas" incluirão, sem limitação, quaisquer juros pagos ou pagáveis, ao custo de mercado, para suportar qualquer quantia não paga e qualquer perda, prêmio, penalidade ou despesa que possa ter sido incorrido na liquidação ou utilização de depósitos ou empréstimos de terceiros, a fim de adquirir, manter ou lastrear as debêntures ou qualquer parte delas (mas, em caso de atraso no pagamento, após levar em conta os juros por pagamento em atraso recebidos de acordo com artigo 3.07.).

3.08. O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias da **EMISSORA** nas datas previstas neste Instrumento ou em avisos publicados por ela **EMISSORA**, não lhe dará direito ao recebimento de juros e atualização monetária, no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data em que tais quantias ficaram à sua disposição, inclusive no que se refere ao disposto nos artigos 3.07. e 3.07.1., acima.

3.09. As debêntures componentes de todas as séries serão conversíveis em ações preferenciais nominativas representativas do capital social da **EMISSORA**, com os mesmos direitos previstos no Estatuto Social para tal classe de ações emitidas pela **EMISSORA**, sendo que tal conversão poderá ocorrer a qualquer tempo, a critério do debenturista, a partir da data de subscrição.

3.09.1. O "**Preço de Exercício**" de cada debênture da 2ª e da 3ª séries, será definido conforme quadro demonstrativo:

SÃO PAULO	SP	RUA HUNGRIA, 574	CEP 01455-903	FONE (011) 816-8466	FAX (011) 815-7470	TELEX 1181215
RIBEIRÃO PRETO	SP	RUA JOÃO CALDEIRA JUNIOR, 115	CEP 14085-490	FONE (016) 627-1042	FAX (016) 627-1361	TELEX 168121
RIO DE JANEIRO	RJ	RUA DA GLÓRIA, 344	CEP 20241-180	FONE (021) 232-2295	FAX (021) 231-0889	TELEX 2138052
RECIFE	PE	AV. INGO W. HERING, 2680	CEP 53411-000	FONE (041) 438-5266	FAX (081) 438-5307	TELEX 811616

PERÍODO	QUANTIDADE DE AÇÕES POR DEBÊNTURE
data de subscrição até 30.04.96	1.060.000
01.05.96 a 30.09.97	920.000
01.10.97 a 30.09.98	810.000
01.10.98 até o vencimento	720.000

3.09.2. À escolha dos debenturistas, a **Opção de Conversão** poderá ser exercida por estes, convertendo, em **AÇÕES**, o valor principal das debêntures subscritas e pagas.

3.09.2.1. Os debenturistas exercerão a **Opção de Conversão** por meio de envio ao **Banco Mandatário da Solicitação de Conversão**, efetuada através do preenchimento de formulário próprio, como estabelecido no artigo 3.09.2.2. abaixo (exceto no caso previsto no artigo 3.14. quando então a **Solicitação de Conversão** poderá ser enviada pelos debenturistas à **EMISSORA**, a qualquer tempo, durante os 90 (noventa) dias do período mencionado em tal artigo).

3.09.2.2. A **Solicitação de Conversão**, para as debêntures da 1ª. série, deverá ser feita na forma prevista no artigo 4.05.1.1. adiante, e, para as debêntures das 2ª e 3ª séries, deverá ser dada por meio de carta registrada, com aviso de recebimento, telex ou fac-símile e, deverá ser recebida pela **EMISSORA**, pelo menos, 05 (cinco) **Dias Úteis** antes da **Data de Fechamento**.

3.09.2.3. A **Solicitação de Conversão** deverá mencionar:

- a) se se refere à conversão da totalidade ou de parte das debêntures, sendo que, em se referindo à conversão parcial, deverá informar o número de debêntures a serem convertidas e o seu valor total;
- b) o número de **AÇÕES** a serem emitidas pela **EMISSORA** em consequência da conversão, tal número estando sujeito a correções pela **EMISSORA**, se necessário;
- c) a data ("**Data de Fechamento**") na qual as **AÇÕES** deverão ser emitidas, sujeitando-se esta ao disposto no artigo 3.09.2.8.; e
- d) se aplicável, o nome do banco ou sociedade no Brasil ou em outro local, acordado entre a **EMISSORA** e os debenturistas, ao qual devem ser enviadas as **AÇÕES** (o "**Lugar do Fechamento**").

3.09.2.4. Na **Data de Fechamento**, a **EMISSORA** deverá emitir, em nome do debenturista, o número de **AÇÕES** acima mencionado e deverá, dentro de 05 (cinco) **Dias Úteis**, enviar ao debenturista ou ao seu representante, indicado na forma do artigo 3.09.2.3.(d) acima, o certificado ou certificados, juntamente com uma cópia autenticada da folha do Livro de Registro de Ações Nominativas, em que constarem as **AÇÕES** emitidas em nome do

debenturista ou, o extrato de ações escriturais das **AÇÕES**, provando a propriedade das mesmas, juntamente com prova, satisfatória para o debenturista, de que:

- (i) tais **AÇÕES** estão livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames e podem ser livremente transferidas, estão integralizadas, e são **AÇÕES** preferenciais escriturais devidamente emitidas; e
- (ii) todas as formalidades legais em relação à sua propriedade e emissão foram cumpridas.

3.09.2.4.1 Com relação, especificamente aos debenturistas da 1ª série, observar-se-á o previsto no artigo 4.05.1.1. supra.

3.09.2.5. As **AÇÕES** gozarão dos mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidas às ações da **EMISSORA** e farão jus às bonificações distribuídas a partir da data da **Solicitação de Conversão**, inclusive, de forma que os certificados ou extratos delas representativos sejam emitidos no estado de direito das demais ações da **EMISSORA**, a partir da data da **Solicitação de Conversão**. As **AÇÕES** farão jus a dividendos integrais, referentes ao semestre em que ocorrer a **Solicitação de Conversão**.

3.09.2.6. Quaisquer valores de **Rendimentos** devidos até a data de conversão, sobre a parcela de debêntures convertidas, deverão ser pagos aos debenturistas pela **EMISSORA**, na **Data de Fechamento**, e serão calculados "*pro-rata-temporis*", até a data da **Solicitação de Conversão**.

3.09.2.7. As frações de ações apuradas na data da **Solicitação de Conversão** serão pagas, em dinheiro, da seguinte forma :

(i) referentemente às debêntures da 1ª série em até 05 dias úteis, e;

(ii) referentemente às debêntures das 2ª e 3ª séries, na Data de Fechamento .

3.09.2.8. Os aumentos de capital decorrentes da conversão de debêntures em **AÇÕES**, serão realizados mensalmente, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social da **EMISSORA**.

3.10. No caso de a **EMISSORA** aumentar seu Capital Social, com emissão de novas ações ou debêntures conversíveis em ações ou ainda, bônus de subscrição pública ou privada, a critério do debenturista e durante o prazo para exercício do direito de preferência da nova emissão, a quantidade de ações a ser obtida na conversão será determinada pelo mesmo e idêntico preço fixado para subscrição das novas ações (ou no preço de conversão das novas debêntures ou ainda no preço de exercício dos bônus de subscrição). Na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, os debenturistas terão este direito durante o prazo de 30 dias a contar da publicação da Ata da A.G.E. que deliberou a referida emissão. Para tal fim, deverão os debenturistas comunicar à **EMISSORA** a intenção do exercício de tal direito, no prazo acima referido .

3.11. No caso de a **EMISSORA**, a qualquer tempo, declarar bonificação(ões) e/ou desdobramento(s), o **Preço de Exercício** previsto no artigo 3.10, será proporcionalmente diminuído e o número de **AÇÕES** previsto no artigo 3.09.1 antes de tal(is) bonificação(ões) e/ou desdobramento(s) em ações, deverá ser proporcionalmente aumentado e, de igual modo, no caso de a **EMISSORA** promover o grupamento de ações, o **Preço de Exercício** será proporcionalmente aumentado e o número de ações anteriores a tal grupamento será proporcionalmente diminuído. Para as debêntures da 1ª série, observar-se-á, referentemente a Preço de Exercício, o disposto no artigo 4.05 adiante.

3.12. Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser veiculados na forma de avisos, em jornal de grande circulação nacional e, no caso de debenturistas residentes ou domiciliados no exterior, por meio de carta registrada, telex ou fac-símile a eles enviado.

3.12.1. As cartas registradas, telex ou fac-símile, a serem enviados aos debenturistas residentes e domiciliados no exterior deverão sê-lo, pelo menos, 10 (dez) dias antes do início do respectivo prazo ou data.

3.13. Conforme previsão do Estatuto Social da **EMISSORA**, bem como deliberação da A.G.E. que autorizou a presente Emissão, não será concedido aos acionistas prazo de preferência para subscrição das debêntures de que trata este Instrumento, sendo no entanto concedido aos acionistas da **EMISSORA** prazo de prioridade de 10 dias, a contar do 1º anúncio de início de distribuição.

3.14. As debêntures das 2ª e 3ª séries, poderão ser resgatadas antecipadamente ou adquiridas pela **EMISSORA** a qualquer tempo, sendo no entanto tal resgate e/ou aquisição, condicionada ao que segue: se, em virtude de lei ou, por outro motivo, a **EMISSORA** for autorizada, sujeita a aprovação do Banco Central, a resgatar, total ou parcialmente, as debêntures então em circulação, deverá a **EMISSORA** informar tal intenção ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** com, pelo menos, 90 (noventa) dias de antecedência, sendo certo que:

(i) Os debenturistas desta 3ª série poderão, então, exercer a **Opção de Conversão** relativa às debêntures durante tal prazo de 90 (noventa) dias, acrescentando 15% (quinze por cento) ao número de ações a que teriam direito de conversão; (ii) (caso os debenturistas não exerçam a **Opção de Conversão**) a **EMISSORA** efetuará o resgate total ou parcial, na primeira **Data de Pagamento de Juros** a vencer e nesta mesma data, reembolsará os debenturistas de todas as despesas financeiras e/ou custos comprovadamente incorridos e diretamente relacionados a tal resgate antecipado, juntamente com os **Rendimentos** devidos sobre as debêntures até a mencionada data; e (iii) tal resgate deverá ser em um valor não inferior a **US\$ 750.000,00** (setecentos e cinquenta mil dólares). Após o envio de tal aviso e o não exercício da **Opção de Conversão** pelos debenturistas, a **EMISSORA** estará obrigada a efetuar o resgate antecipado de acordo com os termos do presente artigo.

(ii) para as debêntures da 1ª série, observar-se-a o artigo 4.06.

IV. DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS DEBÊNTURES

DA 1ª SÉRIE

4.01. As características constantes desta seção referem-se tão somente às debêntures que compõem a 1ª série desta emissão, não sendo aplicáveis às demais debêntures.

4.02. O **Valor Nominal** das debêntures da 1ª série será atualizado monetariamente, a partir da data de sua emissão, pelo fator de variação acumulado do Índice de Preços ao Consumidor em Real - IPC-r, divulgado pelo IBGE.

4.02.1 Caso não seja mais vedado e/ou passe a ser permitida expressamente a correção monetária das obrigações mediante utilização do IPC-r em periodicidade inferior a 12 meses, será a mesma aplicável, independentemente de qualquer outra formalidade ou ajuste a este instrumento, sendo certo que a correção passará a incidir no menor período permitido.

4.02.2 Na hipótese de extinção do referido indexador, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicação, adotar-se-á, em seu lugar, outro que melhor represente a perda do valor da moeda nacional no tempo aprovado em Assembléia Geral dos Debenturistas, observado o disposto na legislação em vigor.

4.03. As debêntures da 1ª série pagarão **juros remuneratórios** de 13% (treze por cento) ao ano a contar da data da emissão, computados com base em 360 dias, incidentes sobre o saldo nominal não amortizado atualizado monetariamente de acordo com a forma estabelecida no item 4.02 supra, devidos em 01 de outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro vencimento em 1º de outubro de 1.995 e o último em 1º de outubro de 1.999.

4.04 As debêntures farão jus a um **Prêmio**, a ser pago nas mesmas datas de vencimento antecipado, resgate facultativo, e/ou amortizações programadas, se houver, e na amortização do principal, equivalente à diferença positiva, se houver, entre os termos da seguinte fórmula:

$n/360$

$$Pn = [(Vn \times IC \text{ fat}) - VNA] \times An$$

onde:

Pn significa o prêmio "n" expresso em reais, a ser pago nos eventos acima;

Vn significa o **Valor Nominal** na data da emissão, ou seja, R\$ 3.000,00;

IC fat significa o fator acumulado do índice de correção do **Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT**, data base dia 01, apurado desde a data de emissão até a data de pagamento do prêmio;

4.04.1. O Prêmio não será devido em caso de conversão das debêntures.

4.04.2. As debêntures desta 1ª série terão **Amortização Programada** em parcelas conforme quadro abaixo:

DATA	% DE AMORTIZAÇÃO DO VNA	VALOR DA AMORTIZAÇÃO (na data de emissão)
01.10.97	30%	R\$ 900,00
01.10.98	30%	R\$ 900,00
01.10.99	40%	R\$ 1.200,00

4.05 As debêntures desta 1ª série serão **Convertíveis** em ações preferenciais nominativas, a qualquer tempo pelos debenturistas, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO	QUANTIDADE DE AÇÕES POR DEBÊNTURE
data de subscrição até 31.04.96	1.060.000
01.05.96 a 30.09.97	920.000
01.10.97 a 30.09.98	567.000
01.10.98 até o vencimento	288.000

4.05.1 Para todos os efeitos legais, a data da conversão para esta série será a data do recebimento da solicitação pela **EMISSIONA**.

4.05.1.1 As ações resultantes de tal conversão serão colocadas a disposição de seus titulares em até 3 dias úteis após a data da solicitação referida.

4.05.2 As ações decorrentes da conversão farão jus a dividendos integrais referentes ao semestre em que ocorrer a solicitação da conversão.

4.05.3 Os juros apurados na **Data de Solicitação de Conversão** serão devidos em espécie, devendo seu efetivo pagamento ser realizado até o 5º dia útil subsequente, devidamente acrescido da variação da TR referente àquela data, calculada de forma 'pro rata temporis' por dia útil até o efetivo pagamento.

4.05.3.1. No caso de extinção da TR, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares em que esteja impedida de ser utilizada como parâmetro de remuneração em emissões de debêntures, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, o novo parâmetro de remuneração, seu substituto legal ou aludidas alterações de critério serão automaticamente aplicáveis à presente emissão, independentemente de qualquer outra formalidade ou ajuste neste instrumento.

VNA significa o VN atualizado na forma do item 4.02 até a data do vencimento do prêmio

An significa o fator de pagamento do prêmio, expresso na forma decimal, a ser calculado nas mesmas datas previstas acima.

4.05.4 O Prêmio previsto no item 4.04 não será devido em caso de conversão das debêntures.

4.06 A partir do 2º ano da data de emissão, a **EMISSIONA** poderá efetuar, a qualquer tempo, o resgate facultativo das debêntures em relação à totalidade ou parte das debêntures em circulação, por preço não inferior ao saldo de seu valor nominal não amortizado atualizado monetariamente, acrescido de juros e prêmio calculados exponencialmente por dias decorridos. Caso a **EMISSIONA** opte pelo resgate facultativo das debêntures, aos debenturistas será assegurado um prazo de até 30 dias, contados da solicitação do resgate para manifestarem expressamente se aceitam o resgate ou convertem suas debêntures.

V. DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS DEBÊNTURES

DA 2ª SÉRIE

5.01. O **Valor Nominal** das debêntures da 2ª série será atualizado pela variação do dólar norte americano, tomando-se a taxa de venda, disponível pelo sistema **SISBACEN** - transação PTAX 800 opção 5, na **Data de Determinação dos Juros**, e o produto da atualização agregará ao Valor Nominal para fins de cálculo pecuniário de qualquer obrigação referente a esta emissão.

5.02. As debêntures da 2ª série pagarão **Rendimentos** ao final de cada **Período de Capitalização** de acordo com a fórmula seguinte:

$$R = VN2 \times \left[\frac{n}{360} \times (1.075) - 1 \right]$$

onde:

R significa o valor do **Rendimento** de cada debênture.

VN2 significa o **Valor Nominal** da debênture no último dia do **Período de Capitalização**.

n significa o número efetivo de dias do **Período de Capitalização**.

5.03. As debêntures da 2ª série pagarão, até o vencimento, juros fixos a taxa de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano.

VI. DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS DEBÊNTURES

DA 3ª SÉRIE

6.01. As debêntures da 3ª série somente serão negociadas entre investidores residentes ou domiciliados no exterior.

6.02. As debêntures da 3ª série pagarão rendimentos ao final de cada **Período de Capitalização** de acordo com a fórmula seguinte:

$$R = VN3 \cdot i \cdot n/360$$

onde:

R significa o valor do **Rendimento** de cada debênture.

VN3 significa o **Valor Nominal** da debênture no último dia do **Período de Capitalização**.

i significa o valor da taxa de juros expresso na forma decimal, como estabelecido na forma dos artigos 6.02.1 ou 6.02.1.2, abaixo.

n significa o número efetivo de dias do **Período de Capitalização**.

6.02.1. A **Taxa de Juros** será de 1,5% (um e meio por cento) por ano acima da taxa de juros oferecida que aparecer no **Reuters Screen LIBO Page**, às 11:00 hs., horário de Londres, na respectiva **Data de Determinação dos Juros**, para um mês, dois meses, três meses ou seis meses, qual período seja o mais próximo da duração do **Período de Capitalização** (se dois períodos forem igualmente próximos à duração do **Período de Capitalização**, o mais longo). Se mais de uma taxa oferecida aparecer na **Reuters Screen LIBO Page**, a taxa oferecida a ser usada para determinar a **Taxa de Juros** será a média aritmética, arredondada para cima, se necessário, para o 1/16% (um dezesseis avos por cento) mais próximo de tais taxas oferecidas.

6.02.1.1. Se, por qualquer razão, a **Taxa de Juros** não puder ser determinada pela referência à **Reuters Screen LIBO Page**, em qualquer **Data de Determinação dos Juros**, a **Taxa de Juros** para o **Período de Capitalização** seguinte será determinada de acordo com o estabelecido no artigo 6.02.1., acima, *mutatis mutandis*, utilizando-se as taxas oferecidas por quaisquer 2 (dois) bancos (ou pelo banco, se apenas um), cujas taxas tenham sido por último cotadas na **Reuters Screen LIBO Page**. Se os serviços da **Reuters Screen LIBO Page** não forem mais disponíveis em virtude da descontinuação da prestação de tal serviço, a **Taxa de Juros** será determinada, na respectiva **Data de Determinação dos Juros**, de acordo com o disposto no artigo 6.02.1., acima, *mutatis mutandis*, utilizando-se das taxas oferecidas por 3 (três) bancos de grande porte, operadores no mercado interbancário de eurodólares em Londres.

6.02.1.2. Os debenturistas da 3ª série, transmitirão a **Taxa de Juros** aplicável no respectivo **Período de Capitalização**, determinada de acordo com os artigos 6.02.1. e 6.02.1.1., acima, ao **Banco Mandatário**, que confirmando a **Taxa de Juros**, informar-la-á ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** para informação à **EMISSORA**.

6.02.2. A informação da **Taxa de Juros** será final e conclusiva e obrigará a **EMISSORA**, a menos que demonstrado por esta, à satisfação do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e dos debenturistas da 3ª série, que a determinação envolveu algum erro substancial.

6.03. Sujeito à concordância prévia da **CVM** e do **Banco Central**, a **EMISSORA**, alternativamente ao pagamento de juros variáveis sobre as debêntures da 3ª série, poderá:

- (i) optar por pagar juros fixos durante o restante do prazo das debêntures; e
- (ii) optar por estabelecer, um limite máximo da taxa de juros pagáveis pelas debêntures, como faculta a Resolução nº 1.921 de 30 de maio de 1.992, do **Banco Central**; ambas as opções e respectivos custos sujeitando-se à oportuna negociação entre a **EMISSORA** e os debenturistas da 3ª série.

6.04. Os pagamentos de principal, juros e quaisquer outros pagamentos devidos aos debenturistas portadores de debêntures da 3ª série deverão ser efetuados pela **EMISSORA**, nos termos definidos pelo **Banco Central**, convertidos em **Dólares** e remetidos ao exterior, em valores imediatamente disponíveis, em banco ou bancos e em lugar ou lugares que os debenturistas deverão designar.

6.05. Se os debenturistas da 3ª série, receberem a qualquer tempo, menos que o valor total em **Dólares** devido e pagável a eles pelas debêntures ou por esta Escritura, terão o direito de alocar os valores recebidos e solicitar o pagamento complementar de qualquer modo ou forma e para o fim ou fins desta Escritura a seu exclusivo critério, independentemente de qualquer instrução que a **EMISSORA** possa dar em contrário.

6.06. A obrigação da **EMISSORA** de pagar em **Dólares** o valor total do principal, juros e outras obrigações das debêntures da 3ª série e quaisquer outras quantias devidas em virtude das debêntures da 3ª série ou desta Escritura, não será considerada como novada, liquidada ou satisfeita por qualquer pagamento em espécie (ou em virtude de condenação judicial) em outra moeda que não **Dólar**, exceto na medida em que tal pagamento (ou condenação) resultar no efetivo pagamento de tais valores em **Dólares** no local especificado segundo esta Escritura, e, de igual forma, a quantia (se houver) que resultar inferior a tal pagamento (ou condenação), continuará devida aos debenturistas como uma obrigação independente, não afetada pela condenação obtida (se tal for o caso) para quaisquer outras quantias devidas em virtude ou a respeito desta Escritura.

VII. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.01. A **EMISSORA** obriga-se, ainda, a:

7.01.1. Tão logo quanto possível, mas, de qualquer modo, dentro de 60 (sessenta) dias após o fim de cada trimestre de cada ano civil, fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- (i) cópias das suas demonstrações financeiras completas para tal trimestre (incluindo, mas sem limitação, a demonstração de fluxo de fundos) de forma satisfatória para os debenturistas e o **AGENTE FIDUCIÁRIO** e, se solicitada por este, certificada por um administrador da **EMISSORA**;
- (ii) um relatório sobre quaisquer fatos que possam substancialmente afetar os seus negócios e operações ou sua condição financeira;
- (iii) um demonstrativo de todas as operações comerciais e financeiras com quaisquer de seus acionistas, bem como com cada uma de suas **Subsidiárias** e afiliadas (o termo "afiliada" significa, para os fins deste artigo e do artigo 7.01.2, abaixo, qualquer sociedade em cujo capital social a **EMISSORA** ou qualquer de suas respectivas subsidiárias tenha interesses diretos ou indiretos); entendendo-se que qualquer destas operações comerciais entre a **EMISSORA** e seus acionistas deverá ser realizada em bases de mercado; e,
- (iv) imediatamente, as informações que este possa, de tempos em tempos, razoavelmente solicitar, inclusive aquelas relativas ao andamento do(s) projeto(s) de modernização e/ou expansão de suas unidades industriais.

7.01.2. Tão logo quanto possível, mas, de qualquer modo, dentro de 120 (cento e vinte) dias após o fim de qualquer exercício, fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- (i) cópias integrais de suas demonstrações financeiras para tal exercício (que deverão estar de acordo com seus livros contábeis e preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e consistentemente aplicados), juntamente com um relatório de auditoria, tudo em forma satisfatória aos debenturistas e ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**;
- (ii) cópias de qualquer carta de gerenciamento ou outra comunicação enviada a ela ou a seus órgãos de administração pelos auditores em relação à contabilidade financeira e outros sistemas, gerenciamento e contabilidade;
- (iii) um relatório dos auditores certificando que, baseados em tais demonstrações financeiras, a **EMISSORA** encontrava-se em conformidade com as disposições do artigo 7.02 ao final do respectivo exercício ou, se for o caso, detalhando qualquer desacordo; e
- (iv) um relatório auditado de todas as operações financeiras e comerciais entre a **EMISSORA** e seus acionistas, bem como com cada uma de suas **Subsidiárias** ou **Afiladas** (como definidas no artigo 7.01.1, acima) e a **EMISSORA** deverá autorizar os auditores (cujos honorários e despesas serão arcados pela **EMISSORA**) a comunicar-se diretamente com o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a qualquer tempo, com respeito à sua contabilidade e operações e deverá fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** uma cópia de tal autorização.

7.01.3. Adicionalmente, fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- (a) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93, nos prazos previstos na citada Instrução;
- (b) permissão para que ele e/ou seus representantes legais:
 - (i) visitem suas instalações e
 - (ii) (desde que solicitado em caráter razoável e obrigando-se os debenturistas e **AGENTE FIDUCIÁRIO** a guardar a devida confidencialidade), tenham acesso a seus livros e registro contábeis.

7.01.4. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na **CVM** e de reputação internacional.

7.01.5. Caso a atual empresa auditora **Trevisan Auditores Associados S/C Ltda.** deixe por qualquer razão, de ser auditora da **EMISSORA**, indicar e manter como seus auditores outra sociedade de auditoria independente, que obedeça ao disposto no artigo 7.01.4. acima, aprovada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, após ouvidos os debenturistas.

7.01.6. Efetuar e manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à **CVM**, nos termos das Instruções CVM nº 202/93.

7.01.7. Firmar e manter junto ao CETIP - Central de Liquidação Financeira de Títulos, operacionalizado pelo SND, um serviço de atendimento aos debenturistas, que lhes assegure tratamento eficiente.

7.01.8. Ocorrendo o exercício da **Opção de Conversão** por debenturistas detentores de debêntures da 3ª série, providenciar o registro junto ao **Banco Central** e quando couber a aprovação de outras autoridades brasileiras para a dita conversão (total ou parcial, conforme seja o caso) das debêntures e o registro das **AÇÕES**, e enviar aos debenturistas, tão logo quanto possível, prova, satisfatória a estes, de tais aprovação e registro.

7.01.9. Aplicar pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos fundos constituídos pela 3ª série, para os efeitos de modernização e/ou expansão de suas unidades industriais.

7.01.10. Conduzir seus negócios de forma diligente e eficiente e de acordo com boas práticas de engenharia financeira e negocial.

7.01.11. Manter seu sistema de contabilidade e controle de custos e seu sistema de informações gerenciais e manter seus livros contábeis e outros registros adequadamente, a fim de, verdadeira e fielmente, refletirem as condições financeiras da **EMISSORA** e os resultados de suas operações, de conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e consistentemente aplicados.

7.01.12. Em relação aos ativos componentes da garantia flutuante, manter tais ativos segurados por seguradoras de primeira linha, contra danos a eles causados, de tal maneira e na proporção costumeiramente utilizada por sociedades atuantes no Brasil no mesmo ramo de negócios, constando os debenturistas como os beneficiários em tais apólices de seguro relativas aos bens dados em garantia, devendo, dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício, submeter ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** uma certidão da seguradora ou do corretor de seguros, indicando as propriedades seguradas, valores e riscos cobertos, nomes dos beneficiários, nome da seguradora ou seguradoras e características especiais do seguro válidas na data da certidão.

7.01.13. Notificar ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, por fac-símile, pelo menos 15 (quinze) dias antes da realização de A.G.O. e 08 (oito) dias antes da realização de AGE, a convocação efetuada, indicando a ordem do dia e fornecendo, dentro de 90 (noventa) dias após a ocorrência da assembléia, ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, 2 (duas) cópias de:

- (i) todos os informes, relatórios e outras comunicações aos acionistas; e
- (ii) as atas de tais assembléias.

7.01.14. Prontamente informar o **AGENTE FIDUCIÁRIO** qualquer proposta de mudança na natureza ou no escopo dos seus negócios ou operações ou a expansão e/ou modernização de suas unidades industriais e qualquer evento ou condição que possa substancialmente afetar seus negócios e operações.

7.01.15. Tomar todas as medidas para que os seus negócios se adequem à regulamentação de proteção ambiental brasileira bem como às Diretrizes de Meio-Ambiente, Segurança e Saúde do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD ("**Banco Mundial**") e que seus negócios sejam realizados em atenção aos fatores ecológicos e ambientais.

7.01.16. Obter e manter válido (ou, quando apropriado, imediatamente renovar) todas as licenças, aprovações e consentimentos necessários para a realização dos seus negócios e operações; e realizar e observar todas as condições e restrições contidas ou impostas à **EMISSORA** por qualquer destas licenças, aprovações ou consentimentos.

7.01.17. Tomar todas as medidas necessárias para assegurar que, durante o prazo das debêntures, haja um capital autorizado em valor suficiente para a conversão das debêntures sem a necessidade de realização de Assembléia de Acionistas.

7.01.18. Solicitar o registro da subscrição das debêntures e cada investimento em **AÇÕES** feito (e de cada dividendo pago) pelos debenturistas portadores de debêntures da 3ª série, junto ao **Banco Central**, dentro de 30 (trinta) dias após a subscrição ou investimento, e envia-los seus melhores esforços a fim de rapidamente obter os **Certificados de Registro** e enviar cópia autenticada de cada um deles aos debenturistas tão logo os obtenha.

7.01.19. Não utilizar os valores recebidos pela subscrição das debêntures da 3ª série, no reembolso ou em pagamentos em territórios de quaisquer países que não sejam membros da **International Finance Corporation ("IFC")** (exceto qualquer outro país que seja membro do **Banco Mundial**), ou para a compra de bens produzidos em ou serviços fornecidos por tais países; e a **EMISSORA** deverá enviar ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** uma certidão com respeito a tais condições, assinada por um representante autorizado e informando sua validade desde a data da primeira subscrição de debêntures, juntamente com a prova da intenção do uso dos recursos da subscrição.

7.02. A **EMISSORA** não poderá (exceto se previamente autorizada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, de acordo com os debenturistas):

- (a) (exceto quanto a dividendos obrigatórios por lei) declarar ou pagar dividendos ou fazer distribuição de seu capital social, adquirir, resgatar ou de qualquer modo adquirir suas ações ou qualquer opção relativa a estas, se estiver em atraso no pagamento de quaisquer valores devidos em virtude desta Escritura;
- (b) (exceto quanto a dividendos obrigatórios por lei) declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer distribuição de seu capital (que não dividendos ou distribuições pagáveis em ações), ou adquirir, resgatar ou de outro modo adquirir quaisquer ações de sua emissão ou opções a elas relativas, exceto se utilizando-se de lucros e somente se, após tal operação:
 - (i) o **Índice de Liquidez Corrente** não for inferior a 1,0 ; e
 - (ii) o **Índice Exigível Líquido de Longo Prazo por Patrimônio Líquido** não exceder 60:40 ;
- (c) incorrer em gastos ou obrigações de gastos em ativos fixos ou ativos não-correntes, além daqueles necessários ao reparo, substituição ou manutenção essenciais às operações e aos seus negócios e ao projeto de expansão e/ou modernização de suas unidades industriais, além do valor total equivalente a **US\$ 12,000,000.00** (doze milhões de dólares) em cada exercício;
- (d) incorrer, assumir ou permitir que existam dívidas, exceto:
 - (i) dívidas de longo-prazo informadas previamente aos debenturistas (mas excluindo-se o seu refinanciamento ou alterações em seus vencimentos);
 - (ii) a parte do **Exigível de Curto Prazo** resultante de empréstimos, no curso normal dos negócios, junto a bancos comerciais autorizados a funcionar no País até um valor total não excedente ao equivalente a **US\$ 30,000,000.00** (trinta milhões de dólares) por ano, sendo certo que, quando adicionado tal **Exigível de Curto Prazo** às obrigações contingentes da **EMISSORA** oriundas do desconto de títulos de crédito comerciais, o **Índice de Liquidez Corrente** será de, pelo menos, 1,0 ;

(iii) exigível de longo-prazo adicional junto a instituições bancárias autorizadas a funcionar no País, mas apenas se, após levado em consideração tal exigível de longo-prazo, (A) o **Índice de Longo-Prazo por Patrimônio Líquido** não exceder 0,60; e (B) o **Índice de Liquidez Corrente** não for inferior a 1,0; e

(iv) dívidas incorridas no curso normal dos negócios que não sejam de valores tomados em empréstimo.

Para os fins deste item (d), qualquer crédito de um fornecedor de bens de capital ou oriundo de compras a prestação ou negócio similar será considerado como sendo dívida não incorrida no curso normal dos negócios e somente será permitida na extensão do previsto no sub-item (iv), acima;

(e) participar de contrato ou acordo para afiançar, garantir, ou de qualquer modo ou sob qualquer condição, obrigar-se ou coobrigar-se pela totalidade ou parte de qualquer obrigação financeira ou outra de terceiros, exceto, prestar garantia ou fiança, a favor de clientes, nos contratos de venda de seus produtos, com financiamento por entidades financeiras, até o valor equivalente a 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido, em contratos ou acordos em que não sejam constituídas contra-garantias em favor da **EMISSORA**;

(f) criar ou permitir que existam gravames sobre propriedades, receitas ou outros ativos, presentes ou futuros da **EMISSORA**, exceto:

(i) ônus (incluindo, mas sem limitação, desconto de duplicatas e alienação fiduciária) para garantir o **Exigível de Curto-Prazo** referido no artigo 7.02. (d) (ii), acima, tais ônus limitados a uma duração de 30 (trinta) dias após sua criação;

(ii) ônus para garantir o exigível de longo-prazo mencionado no artigo 7.02. (d) (iii);

(iii) qualquer ônus tributário ou estatutário, sendo certo que tal ônus deverá ter um prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data de sua criação ou geração (a menos que contestado, em boa-fé, pela **EMISSORA**, quando então deverá ser retirado após 30 (trinta) dias do julgamento final.

Para os fins deste item (f), o termo "ônus" inclui qualquer hipoteca, penhor, gravame, privilégio ou prioridade de qualquer tipo, incluindo, sem limitação, qualquer indicação de beneficiários ou acordo similar em qualquer apólice de seguros;

(g) participar de qualquer negócio com qualquer acionista da **EMISSORA**, subsidiária ou, outra pessoa, exceto no curso normal dos negócios e em condições comerciais normais, firmar contrato de representação comercial exclusiva para compra ou venda de produtos, ou participar de qualquer negócio no qual a **EMISSORA** possa pagar mais que o preço comercial normal por qualquer compra ou receber menos que o preço "ex works" comercial (sujeito aos descontos comerciais normais) por seus produtos;

- (h) participar de associação, sociedade em conta de participação ou contrato com pagamento de **royalties** (incluindo, mas não se limitando a, partes beneficiárias) ou outros acordos similares, pelos quais as receitas ou lucros da **EMISSORA** sejam ou possam ser divididos com quaisquer terceiros; ou participar de qualquer contrato de gerenciamento ou acordo similar, pelo qual seus negócios e operações passem a ser geridos por terceiros;
- (i) constituir **Subsidiárias**, exceto para ampliar a comercialização de seus produtos no exterior, fazer ou permitir que existam empréstimos ou adiantamentos para, ou depósitos (exceto depósitos em bancos comerciais no curso normal dos negócios) com terceiros ou investimentos em terceiros exceto:
- (i) como autorizado pelas leis do Brasil como forma alternativa de pagamento de tributos (ou para reduzir substancialmente os valores de tais tributos); ou
- (ii) investimentos em títulos negociáveis de curto-prazo adquiridos pela **EMISSORA** apenas para dar uso temporário a recursos ociosos;
- (j) alterar seu estatuto, exceto no que se refere a correção monetária e por imposição legal, seu exercício social; alterar a natureza de seus atuais negócios e operações ou realizar operações fora de seu objeto social; vender, transferir, alugar ou de qualquer outro modo desfazer-se de todo ou parte substancial de seus bens de capital, pertencentes ao seu ativo permanente (seja em um único negócio ou em uma série de negócios, relacionados ou não); ou obrigar-se a, ou permitir, qualquer fusão, incorporação ou reorganização societária;
- (k) efetuar pagamento antecipado (seja voluntário ou involuntário) ou pré-pagar qualquer de seu **Exigível de Longo-Prazo** (que não seja as debêntures) ou fazer qualquer pagamento de quaisquer de tais dívidas de acordo com qualquer cláusula de qualquer contrato ou título que disponha sobre o vencimento antecipado no tempo ou em valor, a menos que, em tal caso, se assim solicitado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, contemporaneamente faça um pagamento antecipado ou pagamento do valor principal então devido das debêntures, de acordo com o disposto no artigo 3.14. (exceto que não haverá prêmio por pagamento antecipado e nem valor mínimo ou prazo previsto de tal pagamento antecipado.
- (l) participar de qualquer acordo ou contrato (incluindo, mas não se limitando a, arrendamento mercantil e locação) para adquirir, por locação, o uso de qualquer propriedade ou equipamento de qualquer natureza, se o valor total pagável pela **EMISSORA** a título de aluguel, de acordo com tais contratos de locação, exceder **US\$ 8,000,000.00** (oito milhões de dólares) equivalentes em cada exercício social;

7.03. A **EMISSORA** não poderá, durante o período de validade das debêntures, efetuar distribuições (através de declaração de dividendos não obrigatórios, redução de capital, resgate de ações ou por qualquer outro modo) a seus acionistas, em dinheiro ou em outros ativos, com vistas a uma reorganização ou recapitalização, a menos que convoque a Assembléia dos Acionistas para decidir sobre tal distribuição 2 (duas) semanas antes da realização da Assembléia, informando ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** sobre a convocação efetuada, devendo este transmitir imediatamente tal informação aos debenturistas, de modo a permitir aos mesmos, prazo suficiente para exercer sua **Opção de Conversão**, antes da data fixada pela **EMISSORA** para determinação de quais acionistas terão direito a receber a distribuição.

7.04. No caso de a **EMISSORA** durante a vigência da **Opção de Conversão** realizar nova emissão de ações (ou conceder opções de subscrição de novas ações) diferentes das ações a serem adquiridas através de **Opção de Conversão** ou realizar nova emissão de debêntures conversíveis em ações diferentes das ações a serem adquiridas através da **Opção de Conversão**, a **EMISSORA** não poderá realizar tal emissão ou conceder tal opção (conforme seja o caso) até a **Data de Fechamento**, a menos que os acionistas controladores da **EMISSORA** tenham outorgado aos debenturistas o direito de adquirir ou subscrever conjuntamente com os demais acionistas da **EMISSORA**, tais ações, debêntures conversíveis em ações ou lhes tenham sido outorgados idênticos direitos de opção (conforme seja o caso) nos mesmos termos e condições oferecidos aos demais acionistas; para efeito do acima disposto, cada acionista controlador da **EMISSORA** renunciará a favor dos debenturistas (em uma parte proporcional à participação acionária detida por tal acionista no capital da **EMISSORA**, conforme evidenciado nos livros e registros de participação acionária da **EMISSORA** no último dia útil do mês imediatamente anterior à data de aquisição do direito de subscrição de tais opções, debêntures conversíveis em ações ou exercício de opção de subscrição, conforme seja o caso) nos direitos que lhe couber na subscrição de tais novas ações, debêntures conversíveis em ações ou opções de subscrição, conforme seja o caso. Se os debenturistas decidirem subscrever tais novas ações, debêntures conversíveis em ações ou exercer tal opção de subscrição (conforme seja o caso), tal subscrição ou exercício será efetuado sem prejuízo da **Opção de Conversão** conferida aos debenturistas nos termos deste instrumento.

7.05. Antes do resgate ou da conversão de todas as debêntures, a **EMISSORA** não poderá, em nenhum momento, sem a prévia aprovação de debenturistas que representem no mínimo 3/4 (três quartos) das debêntures de cada uma das séries em circulação, na forma do disposto no artigo 11.07 deste instrumento, reunidos em assembleia especialmente convocada para tal fim:

- (i) prejudicar, derrogar ou mudar os direitos conferidos pelas **AÇÕES** ou;
- (ii) tomar qualquer medida, por alteração de seu Estatuto Social ou através de reorganização, fusão, incorporação ou venda de ativos ou por qualquer outro modo, que possa vir a resultar aos debenturistas após a **Opção de Conversão**, desvantagem em relação aos demais acionistas.

7.06. A **EMISSORA**, independentemente de imunidades fiscais atribuídas pelas leis brasileiras a quaisquer debenturistas, deverá pagar todos os impostos, taxas, emolumentos e outras obrigações tributárias, e despesas presentes e futuras, cobradas pelas autoridades fiscais federais ou municipais ou por qualquer organismo internacional do qual o Brasil seja membro, devidas em virtude da lavratura e registro desta Escritura ou incidentes sobre as debêntures e esta Escritura. Todos os pagamentos de principal, juros e outros valores devidos a tais debenturistas que gozem de imunidades fiscais em virtude das debêntures e desta Escritura deverão ser feitos sem a dedução de quaisquer de tais impostos, taxas ou outras obrigações tributárias, sendo certo, porém, que se a **EMISSORA** for obrigada, por força de lei, a efetuar o pagamento, ou a fazer efetuá-lo, de tais impostos, taxas ou outras obrigações tributárias, o valor principal ou os juros ou outros valores devidos em virtude das debêntures ou desta Escritura, conforme seja o caso, deverão ser aumentados de tal forma que tais debenturistas venham a receber, após as deduções, o mesmo valor que receberiam se estas não tivessem sido efetuadas.

VIII - DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

8.01. A **EMISSORA** garante o seguinte:

- a) que é uma Sociedade Por Ações devidamente constituída de acordo com as leis brasileiras e que possui todos os poderes para conduzir os negócios representados no presente Instrumento e assinar a Escritura;
- b) que as debêntures e esta Escritura foram por ela devidamente autorizadas e executadas, constituindo obrigações válidas, de acordo com seus termos;
- c) que a emissão das debêntures, a lavratura desta Escritura, ou seu cumprimento em seus estritos termos:
 - (i) não conflitarão com, ou resultarão em rompimento de qualquer outra obrigação da **EMISSORA**, exceto as existentes junto ao BNDES e IFC;
 - (ii) constituirão inadimplemento de quaisquer de suas obrigações;
 - (iii) necessitarão de qualquer aprovação por parte de terceiros, exceto do BNDES e IFC, ou;
 - (iv) constituirão violação de qualquer dos termos e previsões do seu Estatuto Social ou de qualquer julgamento ou sentença ou, de qualquer determinação ou regulamento à ela aplicável; e,
- d) que, após a subscrição das debêntures:

- (i) o **Índice Exigível Líquido de Longo Prazo por Patrimônio Líquido** não excederá 0,60; e
- (ii) o **Índice de Liquidez Corrente** não será inferior a 1,0; o cálculo de tais índices deverá ser feito com base em informações que, por solicitação do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, sejam verificadas pelos auditores da **EMISSORA**.

8.02. A **EMISSORA** garante e declara ainda, que na presente data:

- a) seu capital subscrito e integralizado consiste em 21.831.560.744 (vinte e um bilhões, oitocentos e trinta e um milhões, quinhentos e sessenta mil, setecentos e quarenta e quatro) ações ordinárias no valor de R\$ 8.783.122,18 (oito milhões, setecentos e oitenta e três mil, cento e vinte e dois Reais e dezoito centavos), e 2.383.788.388 (dois bilhões, trezentos e oitenta e três milhões, setecentos e oitenta e oito mil, trezentos e oitenta e oito) ações preferenciais no valor de R\$ 959.029,82 (novecentos e cinquenta e nove mil, vinte e nove Reais e oitenta e dois centavos), resultando em **24.215.349.132** (vinte e quatro bilhões, duzentos e quinze milhões, trezentos e quarenta e nove mil, cento e trinta e dois) ações, no valor total de **R\$ 9.742.152,00** (nove milhões, setecentos e quarenta e dois mil, cento e cinquenta e dois Reais); e
- b) não emitiu ou contratou a emissão de qualquer opção ou outros direitos de compra de quaisquer ações de sua emissão, através de partes beneficiárias, debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários conversíveis em quaisquer de tais ações exceto, como referidos nos artigos 7.02 "b" e 7.02 "j" e como exigido pela lei, no sentido de considerar a inflação e a conseqüente correção monetária de seu capital social.

8.03. A **EMISSORA** reconhece que efetuou as declarações dos artigos 7.01 e 7.02 com a intenção de persuadir os debenturistas a subscrever e pagar pelas debêntures e que os debenturistas vão subscrever e pagar por tais debêntures nos termos das e em confiança nas referidas declarações. A **EMISSORA** garante aos debenturistas que cada uma das declarações é verdadeira, em todos os seus aspectos, na data da presente **ESCRITURA** e que nenhuma delas omite qualquer aspecto cuja omissão a torne falsa.

8.04. Os direitos e ações dos debenturistas com relação a qualquer declaração falsa ou quebra de garantia por parte da **EMISSORA** não serão prejudicados por qualquer investigação, por ou em nome dos debenturistas, nos negócios da **EMISSORA**, pela emissão das debêntures e lavratura desta Escritura ou qualquer outro ato ou coisa que possa ser feito por ou em nome dos debenturistas com relação às debêntures e esta Escritura e que pudesse, além dos decorrentes deste artigo, prejudicar tais direitos e ações.

IX - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.01. A **EMISSORA** nomeia e constitui **AGENTE FIDUCIÁRIO** da emissão objeto da presente Escritura, **OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, qualificada no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante ela, a **EMISSORA**, a comunhão dos titulares das debêntures.

9.02. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** dos debenturistas, nomeado na presente escritura, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66, da lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente esta Escritura, todas suas cláusulas e condições; e
- d) não ter qualquer ligação com a **EMISSORA** que o impeça de exercer plenamente suas funções.

9.03. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** exercerá suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua alteração, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição.

9.04. Serão devidos pela **EMISSORA** ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a seguinte remuneração:

- a) 01 (uma) parcela de R\$ 3.000,00 (três mil reais), paga 05 dias úteis a contar da data da assinatura da presente escritura, a título de implantação dos trabalhos;
- b) Parcelas anuais antecipadas de R\$12.000,00 (doze mil reais), vencíveis a primeira delas no 1º dia do mês seguinte à obtenção do registro, e as demais no mesmo dia e mês dos anos subsequentes;
- 1) As parcelas previstas nos itens "a", e "b" serão atualizadas monetariamente pela variação do IPC - r ou, na falta deste, ou na impossibilidade de sua utilização, pelo mesmo índice de atualização do valor da emissão, a partir de 01 de julho de 1.994 até as datas dos efetivos pagamentos, calculados 'pro rata die' se necessário ou, se pagas após o vencimento, mediante utilização do índice do mês anterior;
- 2) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a incorrer para resguardar os direitos dos debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente ressarcidas pela **EMISSORA**.

- 3) As remunerações incluem os serviços previstos em lei e os serviços especiais solicitados nesta Escritura, bem como as viagens e estadias no eixo Rio-São Paulo, necessárias à execução destes serviços, exceto as despesas com publicações legais e outras viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a serem cobertas pela **EMISSORA**.
- 4) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência deste instrumento, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora da forma definida para as obrigações tais como as tratadas na presente emissão.
- 5) As parcelas supra serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS, PIS e quaisquer outros que venham a incidir sobre a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, nas alíquotas vigentes à época do pagamento, excetuando-se o Imposto de Renda.

9.05. A **EMISSORA** ressarcirá o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, de todas as despesas em que tenha este último comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.05.1. O ressarcimento a que se refere o artigo 9.05 será efetuado imediatamente após a entrega, à **EMISSORA**, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos portadores dos títulos.

9.05.2. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive:

- a) publicações de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre estados da federação ou fora dela e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais, principalmente no que se refere a proteção ambiental brasileira, Diretrizes de Meio-Ambiente, Segurança e Saúde do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (**Banco Mundial**) e aos seguros contratados pela **EMISSORA**, conforme previsto nos artigos 7.01.11. e 7.01.15. deste instrumento ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

9.05.3. O crédito do **AGENTE FIDUCIÁRIO** por despesas em que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do artigo 9.05.1, acima, será acrescido à dívida da **EMISSORA** e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.06. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo, da **CVM** e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a **EMISSORA** não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existente, caso em que o oficial do registro notificará a administração da **EMISSORA** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;
- h) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, flutuantes e fidejussórias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, inclusive no que se refere aos seguros contratados pela **EMISSORA**, em obediência ao disposto no artigo 7.01.12 deste instrumento, sendo-lhe facultado contratar para tal fim serviços de instituições habilitadas à verificação das ocorrências aqui descritas;
- i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da **EMISSORA**;
- j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **EMISSORA**;
- k) examinar, enquanto puder ser exercido o direito à conversão de debêntures em **AÇÕES**, a alteração do Estatuto Social da **EMISSORA** que objetive mudar o objeto da companhia ou criar ações preferenciais ou modificar as vantagens das existentes, em prejuízo das **AÇÕES**, cumprindo-lhe (i) convocar Assembléia Especial dos Debenturistas para deliberar sobre a matéria, ou (ii) aprovar, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 57, da Lei nº 6.404/76, a alteração proposta;

- l) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, respeitado o disposto no artigo 10.07. deste instrumento, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos nos quais a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações. Os debenturistas detentores das debêntures da 3ª série deverão ser convocados por meio de carta registrada ou telex enviado com antecedência no mínimo, idêntica a estabelecida pela legislação brasileira para convocação de assembléia geral;
- m) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- n) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
- (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMISSORA** ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **EMISSORA**;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMISSORA**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela **EMISSORA**;
 - (vi) constituição e aplicação do Fundo de Amortização de Debêntures, quando for o caso;
 - (vii) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMISSORA**;
 - (viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (ix) cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMISSORA** neste instrumento;
 - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**;
 - (x) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures.
- o) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da **EMISSORA**;

- (ii) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- (iii) na CVM;
- (iv) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- (v) nas instituições financeiras que lideram a colocação das debêntures.

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá enviar cópia de tal relatório àqueles debenturistas estrangeiros que detenham, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) das debêntures da 3ª série nos endereços que constarem de seu registro;

- p) publicar, nos órgãos de imprensa em que a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados nos sub-itens do item "o" acima;
- q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à **EMISSORA** e à instituição prestadora de serviços de debêntures escriturais;
- r) coordenar eventuais sorteios das debêntures a serem resgatadas parcialmente;
- s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste Instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
 - (i) Especificamente no que se refere ao cumprimento da regulamentação de proteção ambiental brasileira, Diretrizes de Meio-Ambiente, Segurança e Saúde do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - **BIRD (Banco Mundial)**, constantes do artigo 7.01.15. deste instrumento, que requer conhecimentos técnicos especializados, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** realizará a fiscalização com a colaboração dos técnicos da **IFC**.
- t) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela **EMISSORA** de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:
 - (i) à CVM;
 - (ii) às Bolsas de Valores, quando for o caso;
- u) assegurar que a negociação das debêntures da 3ª série desta emissão, seja feita exclusivamente por e entre investidores não residentes e não domiciliados no país.

9.07. O **AGENTE FIDUCIÁRIO**, após decisão da Assembléia de Debenturistas, obedecido o "quorum" de deliberação previsto no artigo 10.07. deste instrumento, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da **EMISSORA**:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios conforme os termos da cláusula X;

- b) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;
- c) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**;
- d) executar as garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional aos debenturistas; e,
- e) requerer a falência da **EMISSORA** se não mais existirem garantias.

9.07.1. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá exercer a atribuição prevista no item (a) acima na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura, especialmente no que se refere a ocorrência de uma ou mais hipóteses previstas na cláusula X abaixo.

9.07.2. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (a) , (d) e (e) do artigo 9.07, se, a Assembléia dos Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures, bastando porém, a deliberação da maioria simples dos titulares das debêntures, quando tal hipótese disser respeito ao disposto nos itens (d) e (e) desse mesmo artigo, excluindo-se de quaisquer deliberações, as debêntures da 1ª série.

9.07.3. Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a **EMISSORA** deverá pagar (em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas debêntures) honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

9.08. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, ou qualquer outro caso de vacância da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, uma Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **AGENTE FIDUCIÁRIO** a ser substituído, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela **CVM**. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à **EMISSORA** efetuar a substituição, sendo certo que a **CVM** poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**. A substituição não implicará em remuneração superior à ora avençada.

9.08.1. Na hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

9.08.2. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para este fim.

9.08.3. Em qualquer hipótese, a substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** ficará sujeita à comunicação prévia à **CVM** e à sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de outubro de 1983, e normas posteriores.

9.08.4. A substituição, em caráter permanente, do **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá ser objeto de aditamento à Escritura de emissão, devendo este ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrada esta Escritura.

9.08.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** as normas e preceitos a este respeito por ato da **CVM**.

X. DO VENCIMENTO ANTECIPADO

10.01. Se um ou mais dos eventos de resilição e condições subsequentes especificados neste artigo ocorrerem, independentemente de serem voluntários, involuntários, ou por efeito de lei, regulamento, ordem ou decreto, o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, através de notificação à **EMISSIONA**, deve declarar o principal e todos os juros devidos, relativamente a todas as debêntures (juntamente com qualquer outro valor devido ou pagável em decorrência desta Escritura), imediatamente devidos e pagáveis (não obstante qualquer disposição desta Escritura em contrário), sem qualquer notificação posterior e sem qualquer ação ou protesto de qualquer forma, todos os quais são pelo presente expressamente renunciados pela **EMISSIONA**. Referidos eventos ("**Eventos de Resilição**") são exemplificativamente:

- (a) falta de pagamento do principal de qualquer debênture;
- (b) falta de pagamento de quaisquer juros de qualquer debêntures e tal atraso tenha continuado por um período de quinze (15) dias;
- (c) mora na execução de qualquer obrigação da **EMISSIONA** em decorrência desta Escritura (outras que não a obrigação de pagar o principal e os juros decorrentes das debêntures ou de quaisquer contratos prevendo o débito de longo prazo referido no artigo 7.02. (d) (i), acima) e qualquer de tais atrasos continuar por um período de 30 (trinta) dias após a notificação ter sido enviada à **EMISSIONA** pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

(Estando também entendido que, para os propósitos deste item, a falta deve ser entendida como tendo ocorrido no caso de os administradores da **EMISSIONA** terem feito com que a mesma não realizasse qualquer dos fatos descritos nos artigos 3.10, 3.11, 7.01.13 e 7.02, a menos que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** tenha concordado previamente com tal ato);

- (d) qualquer declaração ou garantia confirmada ou feita em relação à execução e lavratura desta Escritura ser incorreta em seus aspectos materiais e continuar a sê-lo por um período de 30 (trinta) dias após a notificação ter sido enviado à **EMISSIONA** pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**;

- (e) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a **EMISSORA**;
- (f) vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA** em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da **EMISSORA** previstas neste instrumento;
- (g) qualquer autoridade governamental condenar, nacionalizar, confiscar ou de qualquer outra forma, expropriar, no todo ou em parte substancial, a propriedade ou ativos da **EMISSORA** ou seu capital social, ou ter assumido a custódia ou o controle de tal propriedade, ou de ativos, ou de seus negócios ou operações, ou de seu capital social, ou ter realizado qualquer ato para a dissolução ou liquidação da **EMISSORA**, de forma a impedir a **EMISSORA** ou seus administradores de continuar seus negócios e operações ou parte substancial deles; ou qualquer autoridade governamental ter alterado, unilateralmente, os termos e condições das debêntures, a **Opção de Conversão** ou quaisquer outros termos e condições relevantes desta Escritura, ou o Banco Central deixar de registrar ou posteriormente revogar ou cancelar o registro das debêntures (por outro motivo que não o total pagamento do principal de acordo com os artigos 3.07 e 3.14 desta Escritura incluindo, sem limitação, todos os dividendos devidos periodicamente pela **EMISSORA** no tocante às **AÇÕES**, ou o Banco Central, unilateralmente, alterar os termos e condições das debêntures, a **Opção de Conversão** ou quaisquer outros termos e condições relevantes desta Escritura após a emissão do Certificado de Autorização;
- (h) a **EMISSORA** ser declarada falida ou insolvente, ou ter requerido (e ser deferida) concordata, ou a **EMISSORA** ter, por qualquer forma, entrado em acordo com seus credores suspendendo ou prorrogando o pagamento de suas dívidas; ter, indicado por terceiro, um interventor ou administrador assemelhado, para si ou parte substancial de seus ativos ou negócios; ser-lhe determinada a dissolução ou liquidação; ou a **EMISSORA** concordar com que sejam tomadas contra si quaisquer das medidas acima apontadas; ou declarar, por escrito, que não tem condições financeiras de arcar com suas obrigações;
- (i) inadimplemento com relação a quaisquer obrigações da **EMISSORA** (que não as debêntures) e tal inadimplemento continue por mais do que os respectivos períodos de carência;
- (j) falta de atendimento pela **EMISSORA** das Diretrizes de meio-Ambiente, Segurança e Saúde do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - **BIRD (Banco Mundial)** e/ou inadequado à regulamentação de proteção ambiental brasileira, não sanada em prazo razoável após a devida notificação expedida pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**;

(k) a **EMISSORA** deixar de tomar (e permanecer) todas as medidas necessárias para permitir o exercício, pelos debenturistas, da **Opção de Conversão** e subscrição, das **AÇÕES** correspondentes.

(l) a **EMISSORA** falhar na condução ou deixar de concluir, os projetos de modernização de suas unidades industriais, conforme previsto no artigo 7.01.9. deste instrumento.

(m) descumprimento de qualquer obrigação, que por força ou em decorrência da presente escritura, obrigue qualquer dos acionistas controladores da **EMISSORA**, notadamente no que se refere ao previsto no artigo 8.04. supra.

10.02. Se a **EMISSORA** for, voluntária ou involuntariamente, dissolvida ou falir ou torna-se insolvente (contudo tal falência ou insolvência deve ser provada), ou requerer concordata, o principal e todos os juros acrescidos ou referentes às debêntures (juntamente com quaisquer outros acrescidos ou pagáveis em decorrência desta Escritura) serão imediatamente devidos e pagáveis (não obstante qualquer disposição em contrário nesta Escritura), independentemente de aviso, protesto ou notificação de qualquer espécie, todos os quais são, neste ato, renunciados expressamente pela **EMISSORA**.

10.03. Se qualquer **Evento de Resilição** ou outro evento, que, pelo decurso do tempo ou após o decurso do prazo constante em notificação, se torne um **Evento de Resilição** ocorrer, a **EMISSORA** deverá, imediatamente, dar conhecimento de tal ocorrência ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, por telex, especificando o Evento e informando quais as medidas que estão sendo tomadas para resolvê-lo.

10.04. O não exercício ou atraso no exercício de qualquer direito ou ação por parte do **AGENTE FIDUCIÁRIO** diante da ocorrência de qualquer inadimplemento da **EMISSORA**, não impedirá o exercício de tal direito ou ação ou constituirá novação ou concordância com esse inadimplemento ou com outro que venha a ocorrer posteriormente.

XI. DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

11.01. Os titulares das debêntures de que trata esta Escritura poderão a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial a fim de deliberarem sobre matérias de interesse da comunhão dos debenturistas.

11.02. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela **CVM**.

11.03. Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

11.04. A Assembléia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela **CVM**.

11.05. Na hipótese da Assembléia não ter sido convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, este a ela deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

11.06. Nas deliberações da Assembléia, cada debênture dará direito a um voto admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

11.07. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas neste instrumento, nas quais se incluem o disposto nos artigos 7.05. e 9.07. supra, dependerá da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo e isoladamente, 3/4 (três quartos) das debêntures de cada uma das séries, de forma que as deliberações dos debenturistas de uma determinada série não obriguem ou vinculem os debenturistas de outra(s) série(s).

11.07.1. Para efeito da constituição do **quórum** a que se refere o artigo 11.07. serão excluídas do número de debêntures de cada série, as que a **EMISSORA** possuir em carteira, bem como as debêntures da 1ª série.

XII. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.01. Não se presumirá a renúncia a quaisquer direitos decorrentes da presente Escritura, ainda que não venham, em qualquer ocasião, a ser exercidos.

12.02 Fica eleito o foro principal da Comarca de Blumenau, Estado de Santa Catarina com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

Estando assim certos e ajustados, firmam esta Escritura em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Blumenau, 11 de novembro de 1.994.


HERING TÊXTIL S.A.

C.G.C.M.F. nº 78.876.950/0001-71


OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

C.G.C.M.F. nº 36.113.876/0001-91

Testemunhas:

1. 

Nome: Rubia Yara Reistenbach

R.G. nº 3R 650.167 SC

2. 

Nome: Maria Spezia

R.G. nº 2R 688.953 SSI-SC

